

AMBIENTE

Governo desiste da Hidrovia Paraguai-Paraná

Heitor Hui/AE

Decisão será usada para derrubar liminar que paralisou obras de porto e dragagens

GERUSA MARQUES

BRASÍLIA – O ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, afirmou ontem que o governo desistiu do projeto original da Hidrovia Paraguai-Paraná. Durante reunião com os governadores de Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, e o interino de Mato Grosso, Rogério Sales, Padilha afirmou que vai encaminhar ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) um ofício desistindo oficialmente do projeto.

O anúncio faz parte da estratégia dos governos estaduais e federal para derrubar o embargo às obras para a construção de portos, sinalização e dragagem, decretado pela Justiça Federal. A chamada Hidrovia do Mercosul tem 3.442 quilômetros e vai de Cáceres, no Pantanal, a Nueva Palmira, no Uruguai.

Segundo o ministro, a via navegável dos Rios Paraguai e Paraná continuará sendo explorada, como ocorre “secularmente”. Dessa forma, no entendimento do ministério, a Advocacia-Geral da União poderá entrar com pedido para derrubar a decisão que suspendeu as licenças ambientais para as obras na hidrovia. “A medida que não há hidrovia, as licenças estão convalidadas.”

O projeto original, que previa várias intervenções de engenharia nos leitos dos rios, já ti-

nha sido abandonado na prática pelo governo federal, depois de críticas por parte de entidades preservacionistas e da comunidade internacional. Segundo os ambientalistas, as obras secariam parte do Pantanal. Uma das poucas obras em andamento era a do Porto de Morrinhos, a 80 km de Cáceres, em pleno coração do Pantanal mato-grossense.

A construção, da iniciativa privada e com o apoio do governo estadual, é polêmica e também está embargada pela Justiça. Se por um lado o governo de Mato Grosso diz que o porto é fundamental para o escoamento da soja, os ecologistas criticam o asfaltamento de uma estrada vicinal e argumentam que aumentaria o tráfego de embarcações no rio. Isso prejudicaria a pesca e o turismo.

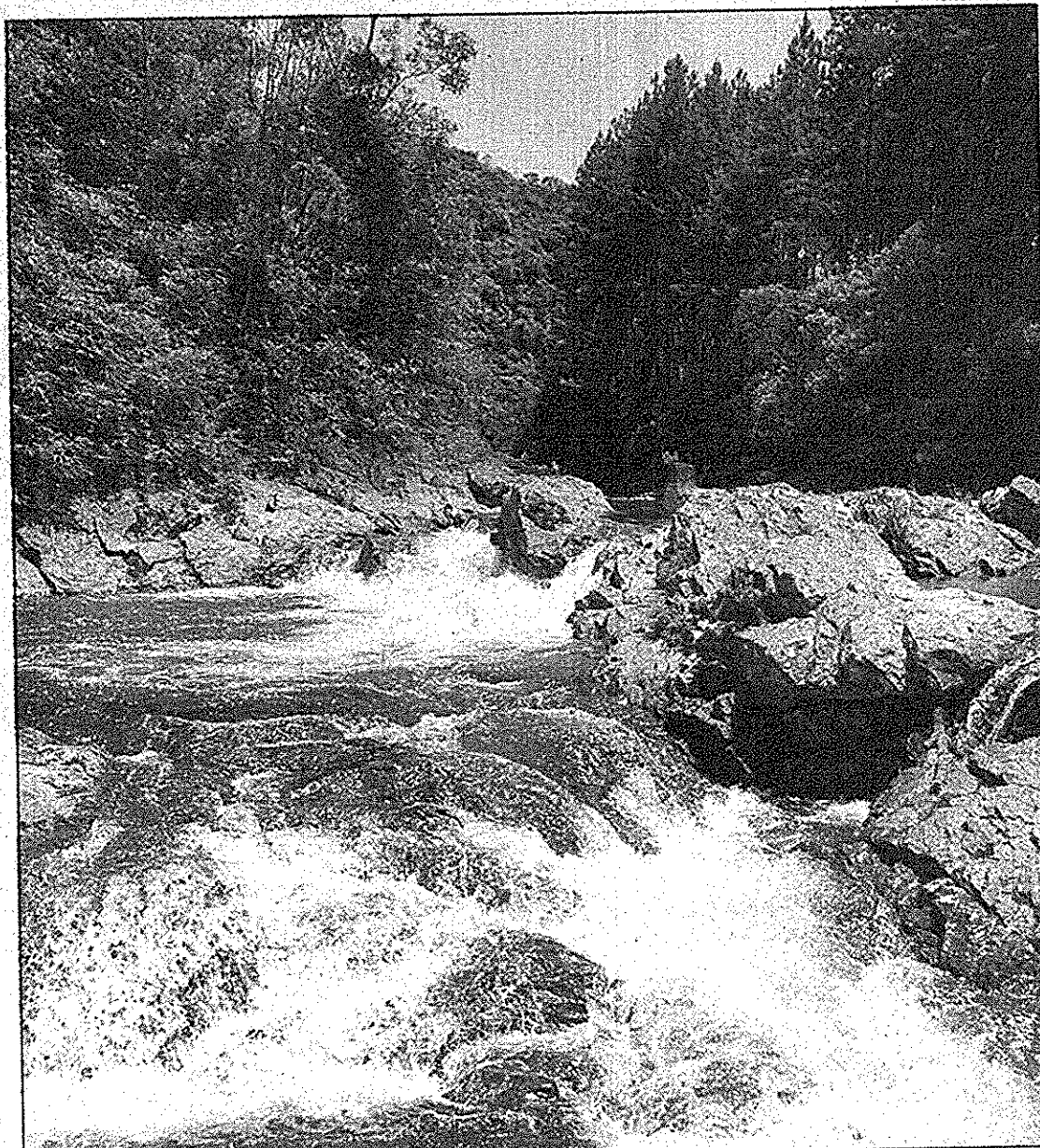
O ministro Padilha afirmou que a proposta de suspender as obras foi aprovada pelo Comitê

Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná, integrada por representantes do Brasil, Argentina, Paraguai, Bolívia e Uruguai. De acordo com ele, o comitê vai elaborar um plano

de gestão ambiental e o Ibama deverá definir o que é necessário para manter a navegação. Segundo o ministro, as empresas deverão adaptar suas embarcações.

Padilha ressaltou que os projetos de outras hidrovias no País fazem parte do Plano Brasil em Ação e continuarão com andamento normal. A Hidrovia Araguaia-Tocantins também está embargada na Justiça, por falta de relatório de impacto ambiental.

**GRUPOS
ECOLÓGICOS
CRITICAM
PROJETO**



Cachoeira formada pelo Rio Capivari no sítio: local deve integrar área de preservação ambiental

